

Milton Santos e as Metamorfoses do Espaço Habitado: resgatando sua teoria socioespacial e o pensamento latino-americano.

Carolina Daltoé, Shirley Donizete Prado y Fabiana Bom Kraemer.

Cita:

Carolina Daltoé, Shirley Donizete Prado y Fabiana Bom Kraemer (2019). *Milton Santos e as Metamorfoses do Espaço Habitado: resgatando sua teoria socioespacial e o pensamento latino-americano. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1457>



Milton Santos e as Metamorfoses do Espaço Habitado: resgatando sua teoria socioespacial e o pensamento latino-americano

Carolina Daltoé
Shirley Donizete Prado
Fabiana Bom Kraemer

Resumo

Busca-se aqui ampliar o debate acerca do pensamento de Milton Santos, em sua obra intitulada *Metamorfoses do Espaço Habitado*, tendo em vista a necessidade de resgatar as contribuições do autor no que concerne ao Espaço Geográfico enquanto categoria de análise das Ciências Sociais e Humanas, principalmente no que tange o campo científico da geografia e o cenário Latino Americano. Essa obra nasce da necessidade de a geografia nova não poder se contentar em ser apenas reveladora da problemática social enquanto discurso, devendo se constituir sobretudo como uma “ciência útil” e “utilizada”, onde a crítica social deveria tornar-se “analítica” e não meramente discursiva. Santos busca rediscutir “categorias tradicionais do espaço” tais como “paisagem”, “região”, “lugar” e “configuração territorial”. Ao falar do “espaço habitado” supõe a necessidade defini-lo a luz da história concreta. Apenas poderia ser possível uma visão prospectiva do espaço a partir de uma visão analítica que levasse em conta diversos dados, pondo-os em um mesmo nexos, dentre os quais destaca-se: fixos e fluxos, sistemas de engenharia, configurações territoriais, a vida urbana e mundo agrícola, formas antigas e novos processos, regimes e ruptura, dentre outros. Sobretudo, sublinha-se do pensamento do autor que o espaço é tratado de maneira relacional, ou seja, nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas, distinguindo assim seu pensamento de outras concepções clássicas das Ciências Sociais, que o consideram o resultado direto da interação entre o homem e a natureza bruta.

Palavras-chave

Milton Santos, espaço habitado, categorias analíticas, lugar, global

Introdução e Fundamentação do Problema

Milton Santos nasceu em 3 de maio de 1926 em Brotas de Macaúbas, Bahia, Brasil. Embora formado em Direito, sempre lecionou geografia nas escolas do ensino médio da Bahia. Em 1958, concluiu um doutorado em geografia, na Universidade de Strasbourg, França, iniciando sua carreira como professor universitário, no Brasil, na Universidade



de São Paulo (USP), lecionando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e posteriormente na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao retornar para cidade de São Paulo, tornou-se professor da Faculdade de Geografia da USP, onde recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Milton Santos foi o primeiro latino americano a receber o prêmio internacional Vautrin Lud (1994) - uma espécie de Prêmio Nobel da Geografia. Também recebeu o título de doutor honoris causa pela faculdade de Toulouse (1980), da Universidade Federal da Bahia (1987), da Universidade de Buenos Aires (1992), da Universidade Complutense de Madri (1994) e da Universidade Federal de Sergipe (1995) e da Universidade de Barcelona (1996). Faleceu em 24 de junho de 2001, em São Paulo.

Entre os assuntos de seu interesse estão a problemática da urbanização no terceiro mundo e a teoria e as metodologias geográficas, temas os quais publicou diversos livros e inúmeros artigos em português, francês e japonês (ASSIS, 2004). Escreveu dezenas de livros dos quais merecem destaque: *Por uma Geografia Nova* (1978); *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo* (1978); *O Espaço Dividido* (1979); *A Urbanização Desigual* (1980); *Pensando o Espaço do Homem* (1982); *Espaço e Método* (1985); *O Espaço do Cidadão* (1987); *A Urbanização Brasileira* (1993); *A Natureza do Espaço* (1996); *Território e Sociedade* (2000) e por último sua obra de *Por uma Outra Globalização* (2000).

Neste artigo pretendemos retomar algumas das principais ideias elaboradas pelo autor em sua obra intitulada “*Metamorfoses do Espaço habitado*” cuja primeira edição fora publicada no ano de 1988. Dentre as obras do autor, elencamos esta, por se tratar de uma obra que se constitui como uma espécie de continuação de “*Por uma Geografia Nova*” (1978), livro de grande impacto na carreira do autor, em que este debruçou-se sobre os problemas que impediam a construção de uma geografia orientada para uma problemática social ampliada, propondo assim, uma geografia nova, preocupada, sobretudo, com a afirmação de uma ciência atuante em prol da restauração da dignidade humana e da construção da ideia de espaço humanizado.

Na introdução de “*Metamorfoses do Espaço Habitado*” o autor destaca que a obra nasce de a necessidade das disciplinas que trabalham com a temática espacial não se contentarem apenas com a revelação da problemática social enquanto discurso. A geografia nova- vertente da disciplina instituída a partir da primeira obra- deveria se constituir sobretudo como uma “*ciência útil e utilizada*”, onde a crítica social característica



da renovação da Geografia dos anos 1970 deveria tornar-se analítica e não meramente discursiva, indo ao encontro de nossos interesses interdisciplinares e das perspectivas adotadas no âmbito do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (NECTAR¹) onde a presente pesquisa vem sendo realizada.

A obra de 1988 foi organizada a partir de um compilado de artigos anteriormente publicados pelo autor em diversas revistas e por alguns capítulos inéditos. O livro situa a disciplina geográfica no contexto da mundialização buscando rediscutir categorias tradicionais do espaço sugerindo algumas linhas e reflexões metodológicas particulares, tomando sobretudo, como ponto de partida aquilo que o autor nomeia como “Metamorfoses do espaço habitado”. O autor é enfático ao defender que apenas poderia tornar possível uma visão prospectiva do espaço se levássemos em conta diversos dados, pondo-os em um mesmo sistema de conceitos associados: fixos e fluxos; sistemas de engenharia, paisagens; configurações territoriais; vida urbana e mundo agrícola; formas antigas e novos processos; processos econômicos políticos e culturais. Para tal propõe que nos voltemos para o passado segundo um critério coerente, que nos permitiria descobrir tendências, isto é, que nos possibilite olhar para o futuro. Para Milton Santos reconhecendo o valor de cada variável do espaço, ficaríamos mais perto de saber que tipo de intervenção se torna necessária para obter tal ou qual resultado.

A importância das ciências do espaço frente ao meio técnico-científico-informacional

Para Santos (1997) as perturbações que caracterizam esta fase da história humana decorrem em grande parte dos extraordinários progressos no domínio das ciências e das técnicas. Para ele, estas agora se realizariam por meio de uma profunda interdependência. No entanto, embora exista essa intensa simbiose, Santos em diálogo com Richta (1970) postula que a ciência precederia a técnica, embora sua realização lhe seja cada vez mais subordinada. Nesse sentido destaca que a tecnologia resultante da ciência, agora utilizada em escala mundial, estaria pautada em uma busca desenfreada pelo lucro, tornando-se assim como os demais elementos do capitalismo: “um elemento exógeno para grande parte da humanidade (...) a ciência tem, doravante, um papel produtivo” (p.17).

Consoante Santos (1997), a evolução econômica agravaria as distâncias disciplinares dificultando cada vez mais abordagens de enfoque global. O autor argumenta que grande parte da produção intelectual do período despreza os estudos mundiais globalizantes, fomentando, assim, o atraso que é uma das marcas desse desatino das



ciências humanas. A adoção de uma visão crítica e integrada nos permitiria, enquanto cientistas sociais, debruçarmos sobre os problemas crescentes do mundo internacionalizado.

Destaca-se ainda que se por um lado a ciência se constitui como uma força produtiva, observa-se por outro um deslocamento da importância dos saberes no que concerne ao homem no processo produtivo. Para o autor tais problemáticas estariam além de uma questão técnica de domínio das ciências exatas. As novas realidades seriam ao mesmo tempo causa e consequência de uma multiplicação de possibilidades cuja multiplicidade de arranjos se constituiria em fator de complexidade e de diferenciação crescente, nos impondo uma subversão das concepções fundamentais, das formas de abordagem e dos temas de análise nas ciências sociais.

No que tange a geografia, Santos (1997) sustenta que naquele momento a disciplina estaria em um patamar de disciplina ameaçada diante da multiplicidade de perspectivas sobre o “espaço”. Desta forma coloca como meta definir “o espaço” da geografia, estabelecendo assim seu objeto e seus limites. Nesse sentido destaca a necessidade de uma teoria, definindo-a como “um sistema construído do espírito, cujas categorias de pensamento reproduzem a estrutura que assegura o encadeamento dos fatos” (p. 10). Para o autor o problema central estaria em encontrar as categorias de análise que permitiriam o conhecimento espacial de maneira sistemática, ou seja, com aptidão para construção de análises e sínteses, e que para tal seria obrigatoriamente necessário que seus elementos constituintes estivessem pautados sobre um mesmo nexo.

Milton Santos (1997) inicia tal empreitada partindo da noção de “espaço geográfico” para então propor uma renovação de algumas categorias de análise tradicionais da geografia. Neste sentido, sublinha-se do pensamento do autor que o espaço é tratado de maneira relacional, ou seja, sua definição não poderia ser encontrada se não em relação a outras realidades. Coloca: “O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (p. 26). Distingue-se assim seu pensamento de outras concepções clássicas da geografia, cujo espaço era considerado como o resultado direto da interação entre o homem e a natureza bruta.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto



de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. (Santos, 1997, p. 27)

O espaço assume importância fundamental com a globalização da sociedade e da economia gerando uma mundialização do mesmo e fazendo com que este carregue consigo novos significados. Para o autor quando todos os lugares foram atingidos de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criaram-se paralelamente seletividades e hierarquias de utilização do espaço, com a concorrência ativa ou passiva entre seus diversos agentes. Cada ponto do espaço tornou-se então importante para compreensão do todo.

Diante da crescente internacionalização do capital e da ascensão das firmas transnacionais, resulta uma tendência a uma fixação mundial, e não mais nacional, dos custos da produção, ao passo que a procura por lugares mais rentáveis se torna uma característica dos tempos atuais. Em decorrência deste processo, Santos (1997) evidencia que as diferenciações geográficas ganham uma importância estratégica fundamental. Tais espacializações utilizam o território nacional, no entanto, os projetos locais estão subordinados ao capital de natureza mundial.

Dentre as diversas categorias analíticas que perparçam a compreensão do espaço, Santos expressa a importância dos lugares no contexto da mundialização. O *lugar*, para o autor, é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades da globalidade.

Neste bojo o autor aponta para o fato de as técnicas serem utilizadas em toda parte do mundo sem consideração pelos sistemas locais de recursos naturais e humanos resultando na criação de distorções e desigualdades em todos os lugares, impondo a cada local combinações particulares, ou seja, formas específicas de complexidade da vida social. O espaço nesta perspectiva é visto como um conjunto de possibilidades que a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte tornou-as ainda mais interdependente e mutável através da dinâmica dos lugares.

A temática da transformação do espaço, que dá nome a obra “As metamorfoses do espaço habitado” é abordada segundo dois pontos de vista e nos remete a velha dicotomia sociedade x natureza: um ponto de vista biológico, que volta-se para a adaptabilidade do homem as condições naturais extremas de sobrevivência e um ponto de vista do homem não mais enquanto individuo, mas como um ser social, que se expande e distribui pela extensão terrestre acarretando sucessivas mudanças demográficas, culturais, políticas e econômicas em cada continente, país, região ou



lugar.

Para o autor o homem se constitui, dentro da natureza como uma forma de vida, no entanto seu fator distintivo determinante estaria pautado na capacidade de realizar trabalho. O trabalho é definido por Santos (1997) como a aplicação da energia do homem sobre a natureza, seja diretamente ou através dos prolongamentos do seu corpo através de dispositivos mecânicos, no propósito de reproduzir a sua vida e a do grupo. Santos destaca que este grupo é o único a refletir sobre a realização de seu trabalho.

Para Milton Santos toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico, não há produção que não seja produção do espaço e não há produção do espaço que se dê sem trabalho. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço e por tal motivo caberia as ciências do espaço estudar a ação do homem. A natureza vai progressivamente registrando, incorporando a ação do homem e este impõe a ela suas próprias formas, objetos culturais, artificiais e históricos. Neste sentido, Santos também aponta para o processo de “socialização da natureza”, ou seja, tais técnicas que se incorporarem cada vez mais a esta são produtos do trabalho de um número cada vez maior de pessoas. Coloca o autor: “(...) hoje todos os indivíduos trabalham conjuntamente, ainda que disso não se apercebam” (p.89) e completa no parágrafo seguinte: “No processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza” (p. 89).

Neste seguimento, registra-se que que o fenômeno humano é caracterizado pelo seu dinamismo e umas das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa do espaço habitado e, portanto, também em sua heterogeneidade. Para o autor além dessas mudanças se constituírem enquanto mudanças quantitativas do espaço, estas também devem ser lidas pela ótica qualitativa.

A renovação dos conceitos espaciais tradicionais e algumas diferenciações essenciais

Para Santos, as mudanças que o espaço habitado vai conhecendo nas suas formas de organização acabam por invalidar os conceitos herdados do passado obrigando-nos a reconhecer algumas categorias tradicionais de análise do espaço. Dentre muitas, o autor sugere a renovação da categoria *região*, que por muito foi considerada como uma entidade autônoma, com aspectos particulares e autossuficientes.

O mundo vem passando por um processo de transformação intensivo onde intensas (re)organizações do espaço se deram e continuam acontecendo em favor dos reclames da produção. Para Santos a produção especializa-se regionalmente a partir de uma



nova divisão internacional do trabalho. Neste sentido, qualquer parte do globo ganha novas conotações, tornando-se cada vez mais abertas e vulneráveis ao exógeno, não havendo como, ainda hoje, considerarmos a região como algo autônomo:

Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu reatamento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos. (...) Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante homogeneidade, mas ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas (Santos, 1997, p.46).

Milton Santos destaca que para adentrarmos a um estudo regional devemos detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, para então compreendermos como a região estudada insere-se na ordem econômica mundial. Alerta-nos que não podemos deixar de levar em consideração o preexistente- aquilo que é anterior à transformação- e o novo- aquilo que chega à região- permitindo assim vislumbrar no tempo e no espaço a transformação de uma determinada área a ser estudada pela óptica da *região*. Dentre as repercussões geográficas citadas por Santos, destacam-se aqui os novos objetos geográficos criados para atender às novas condições técnicas e a dissolução das noções de campo-cidade.

O autor recorda que não podemos mais nos remeter a clássica noção de rede urbana, bem como não seria correto referir-nos a “separação campo-cidade”, uma vez que sua forma e conteúdo foram sendo modificadas com a internacionalização das economias e a emergência das tecnologias. Coloca o autor: “hoje, uma cidade pode não manter intercâmbio importante com sua vizinha imediata e, no entanto, manter relações intensas com outras muito distantes, mesmo fora de seu país” (p.49).

O autor afirma que as relações do “campo” com áreas longínquas em detrimento a sua “cidade imediata” passam a ser uma constante e até mesmo uma necessidade na atualidade. Quanto mais modernizada a vida agrícola mais amplas são suas relações com o longínquo:

Só a produção direta se dá localmente. Mas a garantia de participar de uma lógica que é extra local insere essas atividades em nexos cada vez mais extra locais. Com a transformação do mundo, devemos assim, substituir as antigas categorias de análise por outras que deem conta da explicação do novo e da mudança. (Santos, 1997, p.57)

Para Santos, o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de



uma lógica global, uma vez que com a crescente especialização regional, com seus inúmeros fluxos em distintas direções, o termo mais adequado de explicação seriam os circuitos espaciais de produção. Estes se constituiriam nas diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até o seu consumo final. O autor aponta ainda para a possibilidade de uma mesma área ser capaz de abrigar diversos circuitos produtivos. Assim, discutir os circuitos espaciais de produção seria discutir a espacialização da produção, analisando a sua organização local e sua posição da hierarquia do poder mundial.

É marcante na obra de Milton Santos que todos os espaços são geográficos uma vez que seriam determinados pelo movimento da sociedade e da produção, no entanto, torna-se pertinente registrarmos que tanto a *paisagem* quanto o *espaço* resultariam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, para ele, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. Para o autor a *paisagem* faria parte do domínio do visível e da percepção, sendo formada não apenas dos volumes, mas também de cores, movimentos, odores e sons. A percepção em sua obra é entendida como um processo seletivo de apreensão, que ainda não poderia ser comparada ao conhecimento, uma vez que dependeria da interpretação de quem a apreende e assim coloca como desafio ultrapassar a paisagem como aspecto.

Esta também pode ser lida enquanto um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais, pois quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos para um mudo artificial. Outro ponto relevante das paisagens é que estas não se criam em um só momento, e sim por sucessivas substituições e acréscimos. Santos destaca que tais mudanças estariam diretamente ligadas aos modos de produção de cada momento histórico, uma vez que a lógica pela qual se produziu um objeto estaria em sintonia com a lógica de produção de seu tempo. Desta forma a *paisagem* não estaria dada para todo o sempre, sendo uma espécie de marca da história do trabalho e das técnicas:

Uma paisagem é escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos (...) se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. O que se chama desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado. Somente uma parte dos objetos geográficos não mais atende aos fins de quando foi construída. Sendo a paisagem uma herança de muitos momentos, já passados, o que levou Lênin a dizer que a grande cidade é uma herança do capitalismo,



e veio para ficar, devendo os planejadores do futuro levar em conta essa realidade. (Santos, 1997, p.66)

Dando prosseguimento a sua análise, destaca que a palavra *paisagem* é comumente utilizada para designar o *espaço* e que tal forma de os conceber seria inadequada. Em sua obra *espaço e paisagem* formam um par dialético que se complementa e se opõe:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos naturais e artificiais. (...) A paisagem é diferente do espaço, é a materialização de um instante da sociedade, seria numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como em uma fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõe. (Santos, 1997, p. 71-72) (grifo nosso)

Neste bojo também ressalta que a paisagem não é a *configuração territorial*. Para Santos, a *configuração territorial* é o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele. Esse conjunto de todas as coisas (recursos naturais e artificiais) arranjadas em sistema que formam a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. Santos (1997) em esforço de distinção entre as categorias afirma que o *espaço* seria o resultado de um encontro entre a *configuração territorial*, a *paisagem* e a *sociedade*:

O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Podem as formas durante muito tempo permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (p.78)

Milton Santos complementa sua abordagem socioespacial afirmando que o *espaço* também seria constituído de “fixos” e de “fluxos”. O autor define os “fixos” como os instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, enquanto os “fluxos” seriam pautados pelo movimento e pela circulação- que ao cabo nos dariam as explicações dos fenômenos das distribuições e do consumo. Nesse sentido é importante destacar que a análise dos “fluxos” é mais laboriosa de ser apreendida em decorrência da dificuldade de obtenção dos dados e por tal motivo o estudo dos “fixos” permite uma abordagem mais cômoda aos pesquisadores interessados no espaço geográfico através de objetos localizados, tais como restaurantes, fábricas, escolas e hospitais. No entanto, Milton



Santos ressalta que os fixos enquanto instrumentos de trabalho criam as massas, impondo-as que se movam, assim cada tipo de fixo corresponde a uma tipologia de fluxos. Um objeto geográfico, um fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos que o percorrem. Fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente.

Neste seguimento Santos (1997) argumenta que o conjunto de “fixos” forma aquilo que o autor denomina como “sistemas de engenharia”, sendo este definido como um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes. Quanto mais evoluem os sistemas de engenharia, mais coisas se produzem em menor quantidade de tempo, transportando-se mais objetos e fazendo do consumo um dado mais imediato, alterando não somente a dimensão espacial, mas também temporal. Nesta sequência, o Estado se situa como um agente facilitador da circulação, ou seja, o principal responsável pela distribuição desses capitais fixos essenciais a circulação dos fluxos.

De acordo com o autor é possível discernir as articulações que se criam neste ou em outro momento através da forma com que os capitais fixos são distribuídos, compreendendo assim tanto a articulação interna de cada subespaço como aquelas entre os subespaços. Assim, o autor defende em sua obra que a pesquisa socioespacial se realizaria além da possibilidade puramente intelectual, partindo da realidade concreta para então voltarmos aos livros para construção de um corpo de conceitos. Neste corpo, este considera como dado fundamental a noção de escala, entendida não enquanto recorte espacial, mas enquanto um dado temporal:

A noção de escala é, então, essencial para compreender a diversidade e o choque entre intencionalidades em diversos níveis, as quais se revelam através de decisões e tem repercussões na ordem econômica, cultural, política e moral, assim como na ordem territorial. (Santos, 1997, p.82)

Uma situação geográfica, ou seja, o que um dado lugar é num dado momento, sempre constitui o resultado de ações de diversos elementos que se dão em diferentes níveis cujos significados variam através da história. Para Santos (1997), “o processo” é o permanente devir, que somente seria estático caso pudéssemos parar a história. Assim, a partir de uma perspectiva dialética dos fatos geográficos, afirma: “Por trás da fotografia de uma dada situação há o movimento, decorrente de uma luta entre contrários que se chocam e criam novas realidades” (p.95).

Desta forma, Milton Santos procura elencar alguns dos pares que participam do processo dialético espacial, tais como: o externo e o interno; o novo e o velho e o Estado



e o mercado. No primeiro par dialético, o autor define o interno como tudo que num momento dado já está presente em lugar determinado. As variáveis que formam uma determinada situação são frequentemente extra locais, sendo as escalas das variáveis maiores que as dimensões do lugar (o país, o mundo). Assim, o externo é tudo cuja sede se localize fora do lugar e que tenha uma escala maior de ação, muito embora incida sobre ele.

O autor enfatiza que as variáveis externas se internalizam, incorporando-se a escala local. Neste momento o processo de internalização torna-se um processo de espacialização. Neste sentido, a internalização do externo não se dá de forma arbitrária, mas em lugares específicos, onde podem combinar-se as variáveis internas com as externas, criando sempre um precipitado:

Assim os lugares se diferenciam pela maneira pela qual os fatores internos resistem aos externos, determinando as modalidades do impacto sobre a organização preexistente. A partir desse choque impõe-se uma nova combinação de variáveis, um outro arranjo, destinado a se manter em constante movimento. (Santos, 1997, p.97)

O segundo par dialético diz respeito ao Velho e ao Novo. Santos postula que não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho, um lugar é sempre uma situação de combinação de elementos de idades diferente. O arranjo dos lugares vai depender da aceitação ou rejeição do novo. Assim, tanto o novo quanto o velho são considerados dados permanentes da história, que se contrapõe a todo momento. O autor destaca que apesar dos elementos de uma dada situação trabalharem sempre em conjunto, com frequência o novo é o que aparece como dotado de maior eficácia. No entanto, nem sempre este é o desejado pela estrutura hegemônica da sociedade. Coloca Santos (1997): “O novo pode ser recusado se traz uma ruptura que pode retirar a hegemonia das mãos de quem a detém. Por exemplo, quando se

descobriu o petróleo, os proprietários de carvão resistiram a ele” (p.98)

Para o autor o novo não chega a todos os lugares ao mesmo momento, criando defasagens espaciais, e quando chega, por vezes causa choques, uma vez que ela muda as regulações preexistentes, estabelecendo outras. Assim nenhuma situação e nenhum lugar reproduzem outros, sendo estes sempre compostos por pares dialéticos. Assim, só poderíamos compreender uma dada situação através do movimento.

O terceiro par dialético diz respeito ao Estado e o Mercado. Neste par destaca-se que ambos são mediadores entre o externo e o interno, entre o velho e o novo. Para Milton Santos o Mercado é um fator de controle, um conjunto de elementos cuja função é



estabelecer um dado equilíbrio. Santos relembra a teoria de Adam Smith para postular que tal equilíbrio sofre variações de significado com o tempo:

A mão invisível de Smith no século XVII regularia o funcionamento da economia, ou seja, próprio mercado regularia o sistema econômico. Mas se a ideia da mão invisível ainda era possível quando a economia era nacional, quando a vida econômica se internacionaliza, esta ideia se torna frágil (Santos, 1997, p.100)

Em Keynes, a teoria de Smith é contraposta, ou seja, para que o equilíbrio no sistema econômico de um país seja mantido, é necessário que um Estado tenha um papel constante de intervenção, sobretudo nos momentos de crise. Com a internacionalização da economia o Estado é chamado a exercer um papel regulador, pois é quem detém (ou detinha) os instrumentos para realizar tal regulação.

Milton Santos defende que a maneira pela qual se realiza a intervenção do Estado será determinada pela configuração espacial, ou seja, a partir da geografização das diversas variáveis componentes de uma situação, e, ressalta que mesmo que este limite sua intervenção ao plano econômico, o resultado se dará nos demais níveis da vida social, tais como a saúde, a alimentação e a educação. O autor lembra-nos dos diferentes níveis de Estado - a federação, os estados federados, os municípios- e ressalta que por muitas vezes os interesses desses diferentes níveis confrontam-se, bem como os resultados de uma determinada ação não se realizam de maneira igualitária para todos. Assim, conclui que também há uma relação dialética entre o Estado e o Mercado, apesar de não excluir as possibilidades de auxílio dos primeiros ao segundo.

Considerações Finais

Consideramos essencial que as análises das ciências sociais compreendam o espaço enquanto configuração territorial imbricada na dinâmica da sociedade, tendo em mente que se trata de um espaço de movimentos, marcado pelas dinamicidades dos fluxos de capitais e pessoas ao longo da história. Ressalta-se neste bojo que os grupos humanos não se organizam igualmente, nem igualmente valorizam ou tem acesso a totalidade das potencialidades do espaço geográfico. Tal fato, constitui nas palavras de Milton Santos “o germe da diferenciação do mundo”, de sua repartição em conjuntos, fazendo com que cada qual guarde sua individualidade tornando o espaço geográfico um verdadeiro mosaico de lugares e pessoas. Milton Santos em sua obra, e, especialmente em “Metamorfoses do espaço habitado” nos coloca diante do desafio de renovação dos campos científicos que estudam a Sociedade, mostrando-nos seu elo inexorável com o



espaço geográfico e nos deixando como legado bases teórico-metodológicas indispensáveis a tal empreitada.

Notas

1 Grupo de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, que desenvolve investigações acerca da produção de sentidos e significados sobre o alimento na cultura e sobre o campo científico da Alimentação e Nutrição.

Referências bibliográficas

Santos, M. (1997). *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5ªed. Editora Hucitec: São Paulo.

Assis, J. (2004). *Milton Santos: testamento intelectual*. 1ªed. Editora UNESP: São Paulo.